# AcãoFiscal

**Orgão de Comunicação do Sindifiscal-ES** 

http://www.sindifiscal-es.org.br/

**MATÉRIA ESPECIAL** 

A Greve de 1988: 30 anos!

PÁGINA 7



**EDITORIAL** 

#### **EM QUEM VAMOS VOTAR!**



PÁGINA 2

#### Dia do Auditor Fiscal



Assembleia Legislativa fará homenagem aos presidentes da AFES, Sindifiscal e Afites, no dia 20 de setembro.

#### Ação da Trimestralidade: ES sofre mais duas derrotas



STF e STJ têm julgamentos favoráveis aos servidores. Jurídico do sindicato acompanha.

#### Paulo Fernandes Rangel, o Paulinho, que seria eleito presidente da Associação no ano seguinte, foi uma das principais lideranças do primeiro grande movimento de greve do Fisco do Espírito Santo, em 1988.

## Lei Orgânica do Fisco tem primeira versão

Diretoria inicia debates regionais sobre a LOAT. Consultora Adriana Schier revisou o projeto. PÁGINA 4

#### **Entrevista**



Frank Bermudes, gerente de Linhares. fala de sua vida, história, carreira e gestão na Sefaz.

**PÁGINA 5** 



### **EDITORIAL**

### Em quem vamos votar!?

m outubro elegeremos presidente, governadores legisladores. Antes de escolher este ou aquele candidato, é preciso estar atento às suas propostas, ao seu comprometimento e postura ética. Nesse sentido, algumas perguntas básicas podem ser feitas para nos ajudar na escolha.

Por exemplo, qual o com-

promisso do candidato com o serviço público, com o concurso, com a adequada remunera-

ção? O que pensa sobre a reforma da previdência? O que ceirização de ativi- soas que sempre cações e conversas dades essenciais pú- estiveram ao nos- na Assembleia Leblicas? Como vê a so, lado. ideologia do Estado mínimo? E sobre a que tributação de ban- trabalhemos por com pessoas que cos, grandes divi- quem possa nos sempre tiveram ao dendos de pessoas ajudar na Assem- nosso lado. Tive-

Nessa linha deraciocínio, temos à disposição dos últimos anos, é fato, mas

E

bleia Legislativa.

vão desde presidente a deputado estadual. Mas em nosso caso particular, interessa sobretudo

quem possa nos representar para nos Precisamos ser ajudar diretamente pensa sobre a ter- justos com as pes- em nossas reivindigislativa.

necessário Ou seja, precivotemos e samos ser justos mos algumas conquistas ao longo

para escolha candidatos que temos ainda muito a conquis-

tar. A partir de janeiro, por exemplo, mais de quinhentos colegas vão se beneficiar com o aumento do teto, com a ajuda de muitos deputados, numa causa abraçada pela deputada Janete de Sá.

Mas temos outros assuntos em curso para serem levados à Assembleia Legislativa, entre eles, a lei orgânica, o piso remuneratório, o teto do desembargador. Por isso, é necessário que votemos e trabalhemos por alguém que possa nos ajudar nessa empreitada. Por quem sempre esteve, em primeira hora, ao nosso lado!

A Diretoria



Nossa homenagem: O museu mais antigo do Brasil foi residência de um rei e de dois imperadores e abrigava 20 milhões de peças. A comemoração dos 200 anos do Museu Nacional, há três meses, foi em ritmo de Carnaval, e virou enredo na maior festa popular brasileira. A maior instituição de pesquisa do país teve visitantes ilustres como o físico Albert Einstein. Final trágico para uma construção de 1803, que, de tão luxuosa, chamou a atenção do príncipe regente de Portugal, Dom João. O dono do palácio, um traficante de escravos, acabou cedendo a moradia para a família real, que veio para o Rio fugindo de Napoleão. (O Globo)

## xpediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão Presidente presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo

Vice-presidente josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro

Diretor Financeiro diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner Diretor Administrativo jdemuner@sindifiscal-es.org.br

#### Zenaide Maria Tomazelli Lança

Diretora Jurídica

juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes Diretora de Aposentados e Pensionistas azet58@hotmail.com

#### Rogério Zanon da Silveira

Diretor de Comunicação e Divulgação jornal@sindifiscal-es.org.br

#### CONSELHO DELIBERATIVO

Anthony Fermino Repetto Lavor Lenise Seabra Miranda Luciano José da Silva Marcelo da Silva Ramos Marcelo Vinicius Borges Amistá

#### **CONSELHO FISCAL**

Ana Maria de Souza Silva Carlos Werner dos Santos Sebastião Luiz Casagrande

#### **DELEGADOS SINDICAIS**

Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno Região Noroeste - João Tadeu Caon Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Março/2018 Ano XXXIII - Edição 156

Adriana Nobre Weverton Campos Jornalistas responsáveis Tiragem: 1500 exemplares E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - CEP: 29050335 Site: www.sindifiscal-es.org.br **CNPJ:** 272394410001/05 E-mail: fisco@sindifiscal-es.org.br **Telefone:** (27) 3325-3439

## Auditores discutem agenda para 2018: "Não podemos desistir deste ano"

No dia 28 de agosto, auditores fiscais das gerências de fiscalização, tributação e arrecadação se reuniram para avaliarem o momento atual. Diretoria do Sindifiscal foi convidada.

assunto cutido foi a questão do piso salarial que se arrasta por anos. Concursos na área da fiscalização começam a ser anunciados, com piso salarial que ultrapassa o dobro do estabelecido no Espírito Santo, lembrou o colega Bruno Nardotto. O piso salarial está previsto na Lei Orgânica da Administração Tributária do Espírito Santo, a LOAT. A reivindicação é de que o piso seja compatível com os valores percebidos pela carreira dos procuradores estaduais. Ou seja, que não haja a progressão, mas apenas quatro níveis de promoção.

A diretora jurídica do Sindifiscal, Zenaide Lança, salientou que recebeu há dois dias a LOAT revisada por parte da Dra. Adriana Schier, consultora contratada pelo sindicato para assessorar a construção de nossa LOAT. "Vamos começar reuniões para debater a LOAT com toda a categoria, a fim de chegarmos a um consenso e construção de um cronograma até sua aprovação", disse Zenaide.

A esse respeito, foi

resgatada a reivindicação apresentada no início do ano ao Secretário da Fazenda, Bruno Funchal, sobre a Progressão por Desempenho, como lembrou Luciano Silva. A progressão por desempenho é cabível a todas as categorias do Espírito Santo que percebem remuneração por subsídio. A Progressão por Desempenho para os auditores fiscais está prevista em lei, dependendo apenas de regulamentação por parte do Poder Exe-

A solução para a carreira dos Auxiliares Fazendários também foi bastante discutida: "E preciso resolver definitivamente, e não deixar problema para o futuro".

Também foi levantado o problema de colegas que ingressaram mais recentemente, que realizaram concurso para AFRE-I, mas que foram admitidos como AFRE. Há uma ação judicial em curso, iniciada pelos próprios colegas, que está



Auditores Fiscais frisaram a necessidade da categoria buscar soluções e atendimento de demandas ainda no ano de 2018. "Precisamos intensificar contatos com representantes eleitos e candidatos nesses meses".

sendo acompanhada pela jurídico do sindicato.

A questão dos Auxiliares Fazendários também foi lembrada pelo diretor Geraldo Pinheiro. Reuniões estão em curso do sindicato com os AF's e com representantes do governo pois o problema da categoria se arrasta por muito tempo, e é preciso caminhar para uma solução o quanto antes.

A colega Carla Brasil apresentou sua preocupação em relação a uma solução que não coloque em choque as duas carreiras, como acontece em outros estados e, inclusive, na Receita Federal. "É preciso, claro, que busquemos uma solução para o problema de nossos colegas, mas sem que se crie novos problemas para o futuro". Geraldo ponderou que esse é um cuidado que tem sido tomado, e que soluções vão no sentido de resolver problemas, mas sem criar

O momento político atual também foi debatido, sendo bem acentuado pelo presidente do sindicato, Carlos Camisão. A mudança de governo com a desistência de Paulo Hartung em concorrer à reeleição, provoca a necessidade de se abrir, ainda neste ano, frentes de negociações com o governo atual, mas também com postulantes ao cargo de governador.

Ainda em relação ao

momento político, foi enfatizado a necessidade de escolha de candidatos comprometidos com uma agenda de fortalecimento do serviço público em todos os níveis e esferas de governo. "Can-

A mudança na política, sem a participação de Hartung, cria necessidade de novas negociações com o go-verno atual, mas também com os novos candidatos.

didatos comprometidos com uma agenda que contraponha ideologias de mercado e de fundamentalismos, em que a administração pública é relegada à segundo plano", frisou Camisão.

O colega Daniel Meirelles falou sobre uma possível janela de oportunidade ainda em outubro, novembro e dezembro deste ano, após as eleições. "O que estamos fazendo para viabilizar isso?".



Em reunião com secretário Bruno Funchal, com a presença da deputada Janete de Sá, são discutidos pontos para se avançar em 2018.



Auxiliares Fazendários e diretoria do Sindifiscal se reúnem com o subsecretário Sérgio Ricardo. Foco foi a reestruturação da carreira.

# Sindicato inicia discussões sobre o projeto da LOAT com a categoria

cia Administração Tributária também foi debatida na reunião. Colegas que compõem a Comissão da LOAT expuseram os pontos principais do projeto e o estágio atual em se se encotra. Após a comissão ter revisado a versão apresentada pela consultora Adriana Scherer, neste ano de 2018, a mesma comissão fez novas leituras e sugestões depois da análise de Adriana. O projeto agora será apresentado e debatido com toda a categoria. Na reunião, o ex-presidente do Sindifiscal, Getúlio Pimentel, resgatou a história da LOAT e chamou atenção para a necessidade de ampliarmos nossas conversas com deputados estaduais, inserindo aposentados e pensionistas nos debates, com vistas à aprovação da lei orgânica e de outros projetos: "A atuação política deve avançar", frisou Getúlio Pimentel.

Bruno Aguilar falou sobre a pertinência de esforço estratégico entre gestão e sindicato, para medidas medidas que interessam a todos, como a LOAT: "Agora mesmo estão solicitando auditores fiscais para ações conjuntas com Receita Federal e outros órgãos, de onde vamos tirar, se não temos o suficiente para nós, frisou Bruno.

Algo que ficou evidente na reunião foram as variadas demandas da categoria ainda sem solução. Nesse sentido, a LOAT configura uma perspectiva de uma nova realidade para a carreira e para a gestão fazendária, comungando interesses organizacionais do estado e de toda a sociedade.

Outro probelma debatido foi o da promoção. Como esclareceu Geraldo, "não é por falta de reuniões e de argumentos que o problema ainda não foi resolvido". É que na interpretação de representantes do governo, a data da aposentadoria do servidor não é a que deve ser levada em conta para considerar vago o cargo, mas a data da publicação no diário oficial da aposentadoria, trâmite que pode che-

A LOAT será nova realidade para a carreira e para a gestão fazendária, comungando interesses de Estado e da sociedade na administração tributária.

gar a dois anos ou mais, alegação que vem sendo contestada pelo departamento jurídico do sindicato, o que foi novamente feito na última reunião da diretoria, no dia 27/08, com a secretária da Seger Dayse Lemos.

As reuniões do CONPTAF também foram debatidas. Um dos assuntos que pode ser discutivo pelo Conselho, é o dimensionamento de pessoal. Atualmente, são aproximadamente trezentos auditores fiscais em atividade, e metade vai se aposentar nos próximos anos, um risco de gestão já para 2019 e 2020.

Outros assuntos foram discutidos, como a quantidade de tipos diferentes de remuneração na carreira: gratificações, jetons, bônus, auxílio transporte, produtividade de cargo comissionado,



Da esquerda para direita, Leandro, Mônica, Geraldo, Camisão, Demuner, Zuleide, Andreia, Zenaide e Bruno. Comissão da LOAT fez última revisão no texto, no dia 03/09. Começam agora reuniões regionais.

comissões de cargo, etc O significado do subsídio é o de uma remuneração única, adequada à função. Um dos colegas levantou a ideia de realização de um estudo sobre a despesas com essa variedade de remunerações, para, quem sabe, servir numa negociação sobre o reforço na tabela remuneratória, aos moldes da PGE.

O colega Adson frisou a necessidade de estudarmos com maior profundidade a questão fiscal do estado: "Precisamos nos debruçar sobre esses e outros números e os sabermos de cor.

Encerrando as falas, o colega João Antônio propôs a criação de uma agenda de reuniões ainda para 2018: "Não podemos desistir de nada neste ano. As eleições estão postas, mas precisamos concentrar esforços nas negociações com o governo atual". Nisso reside a possiblidade de resolvermos problemas que ainda estão pendentes. A diretoria do Sindifiscal vai trabalhar nessa agenda ainda para os meses de setembro e outubro.

### Ales fará homenagem ao o Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual em 20/09

A diretoria do Sindifiscal convida toda categoria para participar da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Auditor Fiscal, no dia 20 de setembro de 2018 às 19h no plenário Dirceu Cardoso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

A sessão é proposta da Deputada Estadual Janete de Sá e vai homenagear todos os auditores fiscais que já foram presidentes das entidades representativas do Fisco Estadual (AFES, Sindifiscal e Afites).

Após a sessão, o sindicato oferecerá um coquetel para todos os presentes.

O Dia do Auditor Fiscal é comemorado no dia 21 de setembro. Foi instituído pela lei nº 4.218 de 06 de abril de 1989.



**Sessão Solene** em Homenagem ao Dia do Auditor Fiscal realizada no dia 21 de setembro de 2017.

# Frank Bermudes: "O olho do fiscal será sempre o mais importante"

Sindifiscal foi a Linhares saber o que pensa o auditor sobre temas de relevância.

ormado em Administração e Direito e pós-graduado em Gestão Pública e Direito Tributário, o auditor fiscal Frank Gaigher Bermudes acumula 16 anos de Secretaria da Fazenda. De 2002 para cá, atuou como auxiliar fazendário até 2006, quando foi nomeado auditor; trabalhou na fiscalização no posto Amarílio Lunz [divisa com a Bahia]; foi nomeado Chefe da Agência da Receita Estadual em Linhares em 2009 e, posteriormente, Subgerente da Regional em 2015. Com quase duas décadas de Sefaz, torna-se possível não só fazer um balanço do passado, como também traçar perspectivas de futuro.

"Acho que neste tempo a gestão vem procurando se aprimorar, assim como métodos de trabalho e verificação, se utilizando muito de tecnologia. Lembro-me que quando entrei como auxiliar fazendário, tive oportunidade de conhecer uma sala no antigo prédio, do Centro de Vitória, estruturada para verificar notas fiscais que passavam pelos postos e eram escaneadas. Dezesseis anos depois, a gente vem utilizando e sendo bem servido de tecnologia", relembra.

Entretanto, apesar de toda tecnologia que vem cercando a Sefaz, Frank avalia que o profissional é insubstituível. "É pre-

ciso investir na capacitação dos auditores fiscais para acompanhar a evolução das ferramentas de trabalho. O olho da máquina é importante, mas o olho do auditor é importantíssimo. A máquina que tem de estar a serviço do auditor e não o contrário". Nessa linha de pensamento, o subgerente defende a realização de concurso. "Não podemos (deixar de) fugir do contexto da necessidade de auditores e concursos públicos. Com a tendência de aposentadorias, falo como gestor de uma Regional, é necessário mantermos o quadro".

Casado há 13 anos com Ana Paula, com quem teve os filhos Murilo (9 anos de idade) e Lucas (1 ano), Frank afirma que sempre almejou ser auditor. "Olhava muito para a Receita Federal. Tinha realmente essa vontade. Trabalhando na Caixa Econômica [de Nova Venécia, como técnico bancáriol não via a possibilidade de ser transferido para Linhares, onde estava minha família. Comecei a perceber a necessidade de voltar a estudar e aí pintou o concurso da Receita Estadual. Prestei o concurso e ainda bem que no resultado veio para trabalhar aqui", comemora.

À frente da Subgerência desde 2015, quando foi nomeado para substituir a colega Marise Machado, à época prestes a se aposentar, o auditor fala da importância de conhecer vários processos de trabalho na Sefaz. "É muito interessante quando a gente passa por vários setores, porque acabamos reunindo



Desde o ano de 2015, quando a colega Marise Machado estava apta a se aposentar, o auditor fiscal Frank Gaigher Bermudes coordena a Subgerência Fiscal - Região Nordeste (Sufis-NE).

experiência. Como Subgerente, trago experiência de Chefe de Agência. Também não posso ignorar o tempo de postos fiscais. Cada setor que a gente vai passando contribui para o desenvolvimento da carreira. De tal maneira que o auditor muito preso a um setor deixa de vivenciar boas experiências", opina.

Questionado sobre

Questionado sobre o que avançou na Subgerência neste tempo, ele conta que procura se valer bastante da modernização do par-

"Cada setor que a gente vai passando contribui para o desenvolvimento da carreira".

que tecnológico. "Não abandonei totalmente processos antigos, mas

tenho agregado valor com a modernização, me valendo dessas informações que constam na base de dados, para auditorias, comunicações com o contribuinte voltadas à autorregularização, quando possível legalmente, e fazendo os trabalhos de trânsito", relata. Frank também aproveitou para elogiar o Laboratório Forense de Auditoria Digital (LAUD). "A gente tem feito verificações não só nas nuvens, mas em dispositivo que vão desde CPU a smartphone. Tivemos já algumas experiências de trabalho e o resultado tem sido satisfatório".

Frank teceu ainda elogios ao Redesenho de Processos e a outras inovações em trâmite. "Muitas coisas interessantes vêm acontecendo. Com o Redesenho, vamos ter melhores condições de mensurar nosso trabalho, buscar indicadores mais con-

sistentes e fazer planejamentos"

Por fim, também falou sobre a necessidade uma reforma tributária.

"Com o Redesenho, vamos ter melhores condições de mensurar nosso trabalho, buscar indicadores mais consistentes e fazer planejamentos".

"Precisamos de algo que vai contemplar um princípio constitucional, há muito contido, que é a isonomia. O reflexo seria essa tributação progressiva. É uma demanda histórica", finaliza.

## Refazenda: equipe conclui redesenho dos processos de trabalho da Sefaz

Iniciado em 2011, sob a coordenação do Comitê Gestor do Redesenho de Processos, o projeto compôs a Cadeia de Valor da SEFAZ com 30 macroprocessos e 158 processos de negócio.



Marta Achiamé (arquivista), Luis Antonio Rangel, Eliane Canal, Maria Elizabeth Pitanga (Consultores do Tesouro Estadual) e Eduardo Carvalho (Analista do Executivo), estão na linha de frente do Comitê Gestor do Redesenho de Processos. Também compõem a equipe, o subsecretário Sérgio Ricardo, Deyler Tose, Rogério Zanon e Walter Costa. "Refazendo toda a Fazenda".

quando a SE-FAZ decidiu por adotar o modelo de gestão por processos, a equipe do Comitê Gestor de negócios. Durante a realização do projeto, 76 processos do Redesenho passou a se dedicar aos estudos sobre o tema, a fim de elaborar

que seria responsável pela execução do projeto. De 17 empresas, que se manifestaram, foi escolhida a MBS Estratégias e Sistemas Ltda. (MBS Consulting), com mais de 20 anos de atuação no Brasil, e responsável pelo redesenho de processos em sete secretarias de fa-

um Termo de Referên-

cia para a contratação da

empresa de consultoria

zendas de outros Estados. O projeto começou efetivamente a ser executado em 2017, no período de junho a dezembro. Um dos primeiros produtos elaborados foi a Cadeia de Valor da SEFAZ (mapa que contempla o conjunto de atividades que são realizadas no órgão, possibilitando a per-

cepção e eliminação ou redução de atividades e processos que não agregam valor), com a identificação de 165 processos

foram redesenhados, resultando em 308 inovações e 220 Indicadores. Além disso, aproximadamente 50% dos servidores da sede participaram dos treinamentos em Gestão por Processos, destacando que tais cursos, após o término do projeto foram disponibilizados na plataforma EaD.

Importante destacar que 145 servidores foram envolvidos na implantação, que iniciou em outubro de 2017, e desde então, são realizadas reuniões periódicas com a equipe do Escritório de Processos da SEFAZ, que atualiza os arquivos e disponibiliza no repositório de processos, na intranet.

Em 2018, com a finalização do contrato de consultoria, o Escritório

Local de Processos SU-DOR/GEDEF deu continuidade aos trabalhos.

Todos os processos, seus diagramas, a tabela de indicadores e o Plano de Implantação de cada um deles encontram-se disponibilizados no repositório de processos, na intranet da SEFAZ, no ícone "GESTÃO POR PROCESSO".

Elizabeth, Maria membro do Comitê Gestor, explica que ainda há muitos desafios associados à melhoria contínua e à otimização dos processos da SEFAZ, como aumento de eficiência com redução de custos, além ! da disseminação dessa nova cultura de melhoria contínua. "Nesse sentido que o trabalho do Escritório de Processos prossegue, certo de que, continuará contando sempre com o envolvimento de todos os servidores para a conquista de uma SEFAZ com melhores resultados para o Estado e para a sociedade", finaliza.

### O que é Redesenho?

O redesenho de processos de negócio consiste no repensar profundo e reestruturação radical de um processo, capaz de provocar melhorias significativas nos indicadores de desempenho das organizações, em termos de custo, qualidade, serviço, e velocidade.

A essência de um projeto de reengenharia é a identificação e a quebra de regras e fundamentos ultrapassados que ainda orientam as operações de uma empresa.

A qualidade, a inovação e o serviço são mais importantes do que o custo e os controles financeiros e que, por isso, a integração entre os diversos processos operacionais é fundamental para o sucesso de uma organização.

MORENO Jr., V. A.; SANTOS, L. H. A. Gestão do conhecimento e redesenho de processos de negócio: proposta de uma metodologia integrada.

### Reta final na elaboração do Novo Regulamento

Trabalho das comissões para elaboração do novo regulamento do ICMS do Espírito Santo estão em pleno curso: previsão de entrega em novembro.



A partir da esquerda: Hudson Carvalho, Jonathas Cerqueira, Joel Salomão, João Antônio, Marcos Gueiros, André Luiz Rosa e Lauro Ribas.



Getúlio Pimentel. Pedro Gomes e Leonardo Novaes.

## AçãoFiscal Matéria Especial

## A Greve de 1988: 30 anos!

"A rebelião contra os tiranos é obediência a Deus!"



Há 30 anos, no dia 19 de setembro de 1988, membros do Comitê de Mobilização da então Associação do Fisco Espiritossantense, presidida por Joemar Dessaune, se reunia para traçar estratégias para o dia 26 de setembro de 1988, que deu origem à "Greve de 88": foi a primeira greve da categoria, marco do movimento sindical de massa dos auditores fiscais no estado e no Brasil. Da esquerda para direita: Gava, Pedro Caldeira, Paulo Martins, Oscar, Cuzzuol, Paulo Rangel (Paulinho), Joemar Dessaune, Márcio Braga, João, Rogério, Pianca, Pedro Cardoso, José Maria e Geraldo Pinheiro. Faziam parte do Comitê outros colegas de todas as regiões.

gora é Max! Quem nós não se lembra naquele início de carreira, nos anos 1984 e 1985, do slogan criado para dar passagem à candidatura de Max Mauro para as eleições de 1986, para dar continuidade do governo de Gerson Camata, em que foi elaborado e realizado o concurso de 1983 para o Fisco. Com o concurso, ingressaram em 1984 aproximadamente 400 fiscais de mercadoria em trânsito e coletores e exatores. No Espírito Santo, haviam postos fiscais em praticamente todas as fronteiras com outros estados, asfaltadas ou não, e nos locais mais longínquos.

A ideia era fechar o estado a fim de aumentar a receita com as operações de café e gado, principalmente. Havia ainda coletorias em todos os municípios. Os processos de trabalho eram manuais; as atividades todas em papel; a comunicação por rádio. Salários baixíssimos, aposentados e pensionistas em situação muito difícil, condições de trabalhos

das piores possíveis, com postos fiscais de madeira e em locais de difícil acesso e sem segurança alguma. Esse era o cenário para o conjunto de aproximadamente 1.400 fiscais na ativa na época.

Nesse cenário interno, em meio a uma grave crise econômica nacional, e a uma crise que se abatia sobre o funcionalismo público estadual em geral, o governo de Max Mauro assume em 1986 com as promessas não cumpridas do governo Gerson Camata ao Fisco, quando foram admitidos os con-

cursados em 1984. Foram muitos os que pediram demissão e outros que não saíram por insistência de colegas. Marcinho lembra de quando foi à coletoria de Bom Jesus do Norte, quase em depressão, pedir exoneração do cargo. "Não fosse a insistência da Regina e da Marlene, eu tinha ido embora".

Havia um único caminho à categoria: LUTAR! "Os grandes somente são grande porque estamos de joelhos". Com essa e outras palavras de ordem, Joemar Dessaune visitava

todos os postos fiscais e coletorias no estado. Ele havia sido o primeiro presidente eleito da Associação do Fisco Espírito-Santense, a AFES, em 1981. A primeira medida que tomou, junto com o colega Vandir de Souza, foi encerrar os "jantares com o governo", prática comum até então. Começava o processo de conscientização política e sindical na entidade durante os anos de 1981 e 1989, em que Joemar Dessaune presidiu a AFES em quatro mandatos, por eleição

# Anos 80: Consciência política e mobilização marcam a nova AFES

As péssimas condições de trabalho nos postos fiscais e promessas não cumpridas, por parte do governo estadual, culminaram no primeiro movimento de massa da categoria.

u r a n - te seus mandatos à frente da AFES, Joemar teve ao seu lado, colegas que participaram desses anos históricos, como Vandir de Souza, João Aloízio Cuzzuol, Paulo Fernandes Rangel, José Augusto Gava, que foram seus vice-presidentes.

Esse processo de mobilização, conscientização e luta da categoria, iniciado em 1981 com Joemar, resultou num caldeirão que transbordava em 1988. O período de 1983 a 1986 do governo Gerson Camata foi uma realidade muito adversa ao Fisco capixaba, agravada pelas muitas promessas não cumpridas. Os postos de fiscalização eram barracos de madeiras, sem condição de higiene e em locais de difícil acesso, abrigando mulheres. Nessas condições, os fiscais ficavam à mercê dos sonegadores, que agiam com violência.

Agora é Fisco! Max Mauro assume o governo em 1986, com José

Os postos fiscais de fiscalização eram barracos de madeira, sem condições de higiene e de dificil acesso. Fiscais ficavam à mercê de sonegadores, que agiam com violência

Teófilo como secretário da Fazenda. A "turma nova" que assumiu em



Assembleia Geral da categoria, realizada no Ginásio Dom Bosco, deliberou o movimento de Operação Padrão, que culminou na Greve de 1988

1984 começa com vigor a transformar a Secretaria da Fazenda. José Teófilo reúne colegas fiscais em sua equipe que tinham o firme propósito de mudanças na infraestrutura física da instituição. Nessa época, foram construídos os postos fiscais de Santa Cruz, de Pequiá e de Pedro Canário, nas divisas com o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Novos veículos foram adquiridos. Por meio da Prodest, o cadastro de contribuintes foi informatizado. O Fisco iniciava sua histórica contribuição à modernização e ao desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

No entanto, Max Mauro dava de ombros para as reivindicações da categoria, tensionando ao máximo as negociações. Esse cenário desembocou no marco histórico do sindicalismo do Fisco capixaba: A Greve de 1988!, o primeiro movimento de massa da categoria.

O movimento de 1988 teve início com uma grande Operação Padrão, em que os fiscais intensificaram a fiscalização em todo o estado. A região da Glória, em Vila Velha, estava repleta de fiscais, assim como a avenida Carlos Lindemberg.

A operação padrão se espalhou pelas regionais de Cachoeiro, Linhares e Colatina. Filas de caminhões se formavam estado afora, como nas fotos. A categoria se mantinha firme, organizada em torno de um Comando de Greve" formado por lideranças forjadas no movimento, ao lado da diretoria da AFES.



Joemar Dessaune, uma das grandes lideranças do Fisco, foi um dos responsáveis pelo processo de consciência sindical da carreira, tendo como grande companheiro o colega Paulo Fernandes Rangel.

## Operação Padrão: primeiro passo para o início da Greve de 1988

A Operação Padrão se espalhou por todo o Estado com ações de fiscalizacão instensificadas em todos os setores.

obre pressão de sonegadores e empresários em geral, o governador Max mauro editou um decreto para barrar o movimento, que estabelecia necessidade de autorização prévia da Secretaria da Fazenda para que os fiscais realizassem ações de fiscalização. Mesmo

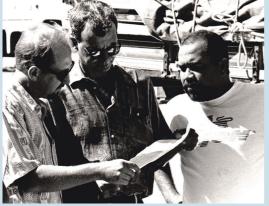
sabendo da inconstitucionalidade do decreto, o governo ameaçava com punições e demissões.

Diante da impossibilidade de manter a operação padrão e diante do quadro de ameaças por parte do governo, a categoria decidiu então, em assembleia, pela paralisação dos trabalhos em todos os setores. Estava concretizada o que é conhecida em nossa história como A Grande Greve de 1988. Dalí para frente, a categoria nunca mais seria a mesma, abrindo campo para uma história de mobilizações e lutas que permanecem até os dias atuais.



Delson, Marcelo Damato, Leonardo, Conceição, Pedro Caldeira, Eduardo, Bigode, Valtinho, Orlando, Miguel, Paulo Martins, Gilberto, Jozival, Elineide, Virgilio, João e Jozélio.

### Veja as fotos...



ração Padrão.



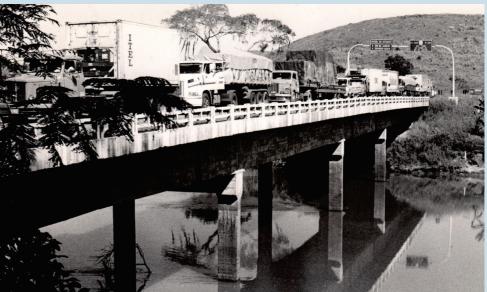
Carlos Alberto e Júlio Cesar Muniz em campo na Ope- Marcelo Amistá e José Fermo. Ao lado Rosário (boné preto), colega Carlos Camisão e Edson Pianca fiscalizando opeconferente de cargas e José Cleto ("Zé do Paizinho").



rações com mármore e granito em Cachoeiro.



Elineide Malini e Maria da Conceição Fernandes: mulheres em ação e em luta pelas reivindicações da categoria



Fila de caminhões aguardando atendimento pela fiscalização no Posto Fiscal José do Carmo (Sta. Cruz).

### 10 ESPECIAL

# Greve de 1988: União e crescimento político do Fisco Espírito-Santense



Assembleia da AFES no Clube Saldanha da Gama, em Vitória: "Os grandes só se parecem grandes porque José Monteiro Nunes Filho: liderança histórica da categoria. estamos de joelhos", bradava Joemar Dessaune essas e outras palavras de ordem para a categoria.



Posto Fiscal José do Carmo, divisa do Espírito Santo com Rio de Janeiro.



Joemar Dessaune e o governador Gerson Camata em encontro.



Robson Cavalcanti, de Nova Venécia.



Mônica Saldanha, Zuleide Rosangélica, Elineide Malini e Lubiana.



PM substituindo auditores em posto fiscal durante a greve.



Djalma Gonçalves, de Ibatiba



Assembleia da AFES no ginásio Alvares Cabral.



Rosinea Camilo (Rose).



Zélia Bisi e Neuza Bittencourt.

# A tributação de dividendos pode contribuir para reduzir o déficit público? SIM

oje um trabalhador Lsalariado que ganha R\$ 5 mil por mês, ao fazer seu Imposto de Renda, vai pagá-lo baseado numa alíquota de 27,5%, enquanto grande empresário cuja empresa distribuiu R\$ 500 mil por mês a título de lucros e dividendos não vai pagar nada. Assim é o nosso sistema tributário. Pode se falar tudo dele, menos que seja justo.

O Brasil é realmente o país das grandes contradições: ao mesmo tempo em que estamos entre os dez países mais ricos do mundo também estamos entre os dez com a pior distribuição de renda.

Nesse último aspecto, estamos ao lado dos países da África subsaariana. Aqui, o grupo mais rico constituído por 2 milhões de pessoas --ou seja, 1% da população-- recebe 2 8 % de toda a renda do país. E essa concentração da renda, na mão de tão poucos, se torna agravada pelo sistema tributário.

Isso porque o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributam pessoas físicas por lucros e dividendos recebidos. Em nosso país, a carga tributária é concentrada em tributos indiretos e regressivos, e não em tributos diretos dos países.

Basta ver que o principal imposto em termos de valores arrecadados é o ICMS, e não o Imposto de Renda. Claro que isso acarreta distorções, para não dizer injustiças, pois os alimentos, por exemplo, são consumidos pelos ricos e pelos pobres, mas o impacto do imposto incidente é desprezí-



Paulo Feldmann é professor de economia da USP, ex-presidente da Eletropaulo (1995-96, governo Covas) e do Conselho da Pequena Empresa da Fecomercio-SP. (Foto: Moacyr Lopes Junior - Folhapress)

vel para quem é rico e altamente significativo para o bolso de quem é pobre.

Interessante que no passado havia cobrança de impostos sobre lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas, mas ela foi extinta em 1995, logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso. Passados 23 anos, é clara a necessidade da vol-

Assim é o nosso sistema tributário.Pode se falar de tudo dele, menos que seja justo.

ta daquela cobrança.

E não apenas por uma questão de justiça, mas por necessidade. Vejam: neste ano, os números do governo devem fechar, se formos otimistas, com um déficit de R\$ 150 bilhões. Se voltássemos a ter a tributação mencionada nos moldes de 1995, conseguiríamos diminuir este déficit em cerca de R\$ 60 bilhões.

Isso porque a Receita Federal nos informa que, em 2017, as pessoas físicas receberam quase R\$ 400 bilhões de lucros e dividendos. Aplicando a alíquota de 1995, que era de 15%, chegamos aos R\$ 60 bilhões.

Todos sabemos que a carga tributária brasileira --de 34% do PIB-- já é uma das mais altas do mundo, mas a proposta que aqui fazemos não vai aumentar esse percentual. Para isso, a reintrodução da cobrança sobre pessoas físicas precisa vir acompanhada de outras medidas compensatórias, como a de focar nos segmentos de alta renda mas isentar pessoas físicas que tenham renda mensal abaixo dos R\$ 5.000.

Muitos vão alegar que a volta do imposto para pessoas físicas significa uma bitributação, pois já existe cobrança sobre as empresas. A solução está numa redução da alíquota, mas inversamente proporcional ao tamanho da empresa, privilegiando, claro, as micro e pequenas empresas, para as quais a cobrança deveria ser eliminada.

O IBGE divulgou, no mês de agosto, que existem 27,6 milhões de brasileiros que não encontram trabalho. Medidas que reduzam a desigualdade e comecem a fazer o país retomar o crescimento são necessárias. É nessa linha que se defende a taxação dos lucros e dividendos de empresas recebidos pelas pessoas físicas.

## Pelos sindicatos

#### Reforma Tributária Solidária é debatida em Porto Alegre

O Instituto de Justiça Fiscal (IJF), apoiado pelo Sindifisco-RS, promoveu o debate "A Reforma Tributária Necessária". O evento realizado no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Porto Alegre (RS), no dia 14 de agosto, contou com a participação de Floriano Martins de Sá Neto, presidente da Anfip, uma das entidades idealizadoras da Reforma Tributária Solidária juntamente com a Fenafisco.

A relação entre a desigualdade e a tributação sobre renda abriu a discussão. Na mesa, Verónica Serafini, do Decidamos Paraguai y Latindadd; Jorge Abrahão, economista, professor e aposentado do Ipea; Clair Hickmann, Auditora Fiscal da RFB aposentada e diretora do IJF, e Rosa Ângela Chieza, economista, professora UFRGS e diretora do IJF.

Segundo Jorge Abrahão, a enorme desigualdade brasileira perpassa um conjunto de problemas, que envolve diferenças entre o mercado de trabalho, gênero, região, setor urbano e rural. "A desigualdade brasileira é forte quando considera apenas o mercado", destacou. Para o economista, se não for feita uma reforma tributária, o coeficiente de Gini não vai cair. "Nosso maior problema é que as pessoas de baixa renda são as mais taxadas, mas elas não sabem disso. Por outro lado, os de alta renda são os menos taxados", lamentou.

Essa injustiça na forma de tributação também foi observada por Clair Hickmann, que classificou como política a decisão sobre "o que" tributar. "É uma opção política, se vai tributar mais o consumo, a renda ou a propriedade. A escolha é política. O brasil tributa bens e serviços", disse sobre os 50% de carga que incidem sobre o consumo. Sobre a renda, segundo apresentou, incide tributação de 18%. "É um sistema regressivo. Só percebemos a injustiça quando comparamos", destacou, ao apresentar os números dos países da OCDE, onde a média de tributação sobre a renda é de 34%. "A gente pode mudar?", questionou ao sugerir que o primeiro passo para isso é o conhecimento. "Conhecendo a realidade é possível ir à luta para mudar esse quadro", sugeriu.

A segunda mesa debateu "Tributação sobre consumo no contexto Latinoamericano", com a participação de Jorge Coronado, da Comisión Nacional de Enlace (Costa Rica) e Latindadd; de Pedro Lopes, da Fenafisco; de João Carlos Loebben, Auditor Fiscal da Receita Estadual e diretor do IJF, e de Dão Real Pereira dos Santos, Auditor Fiscal da RFB e diretor do IJF. Para Dão Real, a estrutura do sistema tributário brasileiro, fortemente regressiva, precisa mudar. "Precisamos deslocar a carga para a renda e patrimônio e ao mesmo tempo preservar a proteção social, a Seguridade Social", falou sobre os desafios a serem enfrentados, que inclui ainda garantir o equilibrio federativo, proporcionando desenvolvimento com redução da desigualdade.

Pedro Lopes enfatizou a questão política que envolve a reforma tributária e focou na tributação sobre o consumo, o grande tema sobre o sistema há 20 anos. Lopes desmitificou a tese de que a carga tributária do Brasil é enorme. "Não é. Estamos abaixo da média da OCDE", destacou. No quesito renda, o Brasil tem a menor carga do mundo, que ainda é afetada pela desigualdade de pagamento quando considerada a alíquota efetiva. "Quem paga imposto de renda é a classe média e assalariada", frisou, ao enfatizar as isenções para as altas rendas.

Para fechar o evento, Rafael Georges, da Oxfam Brasil; Eduardo Fagnani, da Unicamp; Grazielle David, representante do Inesc; e Gonzalo Berron, da Fundação Friddrich Ebert Stifung, debateram "Desafios e Perspectivas – Papel da Reforma Tributária".

## 12 OPINIÃO

## **Artigo**

### "A promessa da política"

"O Preconceito contra a política e o que é, de fato, a política hoje".

ualquer discurso sobre política em nossa época dev começar pelos preconceitos que todos nós, que não somos políticos profissionais, temos contra a política. Nossos preconceitos comuns são, eles próprios, políticos em sentido amplo. Eles não provêm da arrogância dos ilustrados nem do cinismo dos que viram demais e compreenderam de menos. Uma vez que brotam no nosso próprio pensamento, não podemos ignorá-los; e, dado que se referem a realidades inegáveis e refletem fielmente a nossa situação presente precisamente em seus aspectos políticos, não podemos silenciá-los com argumentos.

Tais preconceitos não são, porém, juízos. Eles indicam que nos deparamos com uma situação na qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente. Operigo é a política vir a desaparecer inteiramente a política vir seja. do mundo. Os a desaparecer preconceitos inteiramente política signifinos- do mundo. invadem so pensamento:

jogam o bebê fora junto com a água do banho, confundem a política com aquilo que levaria ao seu próprio fim e apresentam essa catástrofe como algo que é inerente à natureza das coisas e, portanto, inevitável

Por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo: o medo de que a humanidade se auto-destrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que a humanidade recobre a razão e livre o mundo não de si própria, mas da política. Um meio de fazê-lo seria a criação de um governo mundial que transformasse o Estado numa máquina administrativa, resolvesse burocraticamente os conflitos

políticos e substituísse os

exércitos por forças poli-

Tal ponto de vista levaria não à abolição da política, mas a um despotismo de proporções colossais no qual o abismo que separa os governantes dos governados seria gigantesco a ponto de tornar impossível qualquer espécie de rebelião, para não dizer qualquer forma de controle dos governados pelos governantes. [...] O governo burocrático, o governo anônimo do burocrata, não é menos despótico porque "ninguém" o exerce. Ao contrário, é ainda mais assustador porque não se pode dirigir a palavra a esse "ninguém"

nem reivindicar O perigo é o que quer que Mas, se a

> global em que as pessoas aparecem antes de tudo como seres atuantes que conferem aos assuntos humanos uma permanência que de outra forma não teriam, então essa esperança não é nem um pouco utópica. Há inúmeras situações na

ca um domínio

história, embora jamais numa escala global, em que a participação ativa das pessoas foi alijada na forma de tiranias hoje aparentemente obsoletas que soltam as rédeas da vontade de um único homem, ou do totalitarismo moderno, em que os seres

humanos são escraviza-



Hannah Arendt (1906-1975) é considerada uma filósofa política das mais influentes do século XX. O livro, A Promessa da Política, reúne textos seus escritos há sessenta anos, mas que mostram com virtude espantosa realidades de hoje na política.

dos a serviço de pretensas "forças históricas" e processos superiores e impessoais. À natureza dessa forma de dominação, que num sentido profundo é verdadeiramente apolítica

[...] Mas os preconceitos contra a política - a ideia de que a política interna é uma teia de mentiras e ardis tecida por interesses escusos e a política externa um pêndulo a oscilar entre a propaganda insulsa e o exercício da forca bruta - remonta a uma época muito anterior à invenção dos artefatos capazes de destruir toda a vida orgânica do planeta. No que tange à política interna, esses preconceitos são pelo menos tão antigos quanto a democracia partidária - isto é, pouco mais de um século -, que pela primeira vez na história moderna pretendeu representar o povo, algo em que o próprio povo nunca acreditou. A origem da política externa pode ser situada nas primeiras décadas da expansão imperialista da virada do século, quando o Estado nacional começou, não em prol da nação, mas dos interesses econômicos nacionais, a estender o domínio europeu por todo

Os preconceitos invadem nosso pensamento: gam o bebê fóra junțo com a água do banho, confundem a política com aquilo que levaria ao seu próprio fim.

## Sobe e desce

#### Sobe

#### Reuniões

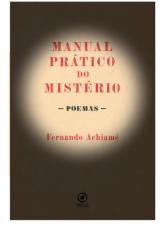
A diretoria do Sindifiscal começou a se reunir neste mês de agosto com os candidatos a deputado estadual e federal interessados em ouvir as propostas da classe de auditores



fiscais da Receita Estadual do Espírito Santo. Os pedidos têm sido feitos pelos próprios postulantes.

#### Lançamento de livro

Encontra-se venda nas livrarias o mais novo livro do colega escritor e historiador, Fernando Achiamé. "Manual Prático do Mistério - Poemas", lançado neste mês de setembro. Uma leitura imperdível!



#### Desce

## Falta de diálo-

Em Assembleia Geral realizada no dia 24 de agosto, os fazendários do Ceará tiveram de deliberar paralisação das atividades nos dias 12, 13 e 14 de setembro. O movimento se deve



às reivindicações não atendidas pelo governo, como incorporação do piso aos vencimentos e proventos de aposenta-

#### Injustiça persiste

Os principais candidatos à presidência da República têm reforma defendido no sistema tributário brasileiro, cuia matriz é considerada injusta por especialistas, com ideias como

simplificação e unificação de tributos.

Entretanto, poucos pretendem atacar o real problema: o fato de pobres pagarem mais impostos e as isenções a que têm direito os super-ricos.

## **CULTURA E HISTÓRIA**

## Sindifiscal promove curso sobre reforma tributária para profissionais e estudantes de comunicação



Francelino Júnior acredita que a iniciativa do Sindifiscal de discutir a reforma solidária com profissionais de comunicação é fundamental para sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema.

ezenas de profissionais e estudantes da área de comunicação, além de servidores da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), puderam debater a proposta de Reforma Tributária Solidária encabeçada por Fenafisco e Anfip numa palestra realizada no mês de julho em Vitória.

O evento, promovido pelo Sindifiscal--ES com o objetivo de sensibilizar formadores de opinião acerca das anomalias do sistema tributário brasileiro, foi conduzido por Francelino das Chagas Valença Junior, auditor fiscal da

Receita do Estado de Pernambuco e Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Fenafisco.

Além de explanar a desigualdade social no país, em muito causada pela distorção na forma de cobrança e distribuição dos impostos, foram apresentadas propostas de correção do sistema tributário que visem ao bem-estar social, como taxação de lucros e dividendos; redução da tributação sobre consumo; tributação ambiental e aperfeiçoamento da tributação sobre o comércio internacional.

"O Brasil funciona quando você tem a possibilidade de levar

assuntos como a nossa matriz e a nossa carga tributária para o seio da sociedade. E o jornalismo é fundamental neste papel de difusão. Inteirando-se desse assunto, ele está cumprindo o seu papel de fazer a sociedade tomar conhecimento e discutir tudo isso", comenta o presidente do Sindifiscal-ES, Carlos Heugênio Duarte Camisão.

"Se querem fazer do Brasil um país desenvolvido é importante que tenhamos uma matriz parecida com a dessas nações, onde o rico paga mais e o pobre paga menos. O que é bem diferente do que ocorre hoje em dia", finaliza.

#### **Boas vindas!**

A colega Lilian Paranhos encerra fileiras no sindi-"Somente com muita união alcançaremos nossos objetivos".

### Memória do Fisco

#### Jorge Feres: Uma caneta pesada num grande coração!

ma canepesada num coração grande! Assim nos lembramos do "chefe" Jorge Feres. Éramos muito jovens, 18, 19 e vinte e poucos. Jorge Feres, junto com outros colegas que já se foram, nos receberam como espécie de pais nossos: Jamil, Tatagiba, Zé Nilo, Zé Correia, Roberto Rezende, Tupã, ... Amiúde Jorge encostava no balcão do posto observando o movimento. Pegava a caneta no bolso, batia na mesa, nos olhava e dizia: "caneta tá pesada hoje".

"... começava a compreender o parádoxo de nossa função: a preocupação com o outro, de uma lado, e a aplicação do rigor da lei, de oŭtro.

Certa vez, vinha o Jorge Feres devagar atravessando a rua em direção ao posto. Apoiou-se no balcão, como sempre fazia. Pensativo, sem dizer nada, tirou a caneta do bolso, me olhou, pegou uma folha, escreveu e parou mirando a ponte. Estiquei o pescoço para ver: "caso pare no posto o caminhão tal, prender o caminhão e o motorista...". Jorge continuava pensativo. Talvez preocupado com



Jorge Feres chefiou postos fiscais da região de Mimoso do Sul.

o motorista ou conosco na hora de "prendê-lo". Voltou-se então à folha. Estiquei novamente o pescoço: "... não preso". Era preciso, antes de tudo, pensar no outro. Voltou-se à folha: "mas que não solto". Era preciso aplicar os rigores da

Naquelas palavras simples, mas muito didáticas e profundas, eu começava a compreender o paradoxo de nossa função: a preocupação com o outro, de um lado, e a aplicação do rigor da lei, do outro. Assim, guardo do chefe Jorge Feres, seus ensi-namentos, as "broncas" que me dava, seu exemplo de profissionalismo, de humanismo, de vida. Guardo para sempre o sorriso que dele recebi há alguns anos, deitado em sua cama: "Ô menino", como sempre me chamava.

Rogério



São José do Calçado, cidade onde Jorge Feres viveu, fez amigos e lugar do qual tinha muito orgulho.

## 14 JURÍDICO

# Devolução do IPAJM: interessados devem apresentar dados bancários

O sindicato foi intimado a apresentar os dados das contas bancárias dos beneficiados. Os colegas interessados devem encaminhar esses dados ao Sindifiscal logo.

já formado precatório referente à devolução do desconto da contribuição previdenciária dos servidores do fisco estadual (Precatório nº 0014338-53.2018.8.08.0000), teve os seus valores recentemente corrigidos pelo Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça, e o valor total atual (correção feita em 31/05/2018), é de R\$ 25.809.803,03 (vinte e cinco milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e três reais e três centavos), sendo que este ainda sofrerá reajuste até a data do efetivo paga-

O sindicato foi ainda intimado para apresentar os dados das contas bancárias dos beneficiários, conforme consta da publicação abaixo transcrita:

"Intimo Aarão Deps e Outros, por seu advogad(o/a)s Dr. Gilmar Lozer Pimentel, OAB/ ES 7.314, para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência e se manifestar acerca dos cálculos de fls. 274/350, bem como apresentar dados de conta bancária pertencente ao(s) titular(es), com o objetivo de pagamento de créditos constantes, nos autos do Precatório nº 0014338-53.2018.8.08.0000, hipótese da conta não ser do Banestes, deverá ser apresentada cópia do cartão ou qualquer outro documento comprovando a titularidade bancária do credor".

Sendo assim, solicitamos aos beneficiários no referido precatório, para que encaminhem ao sindicato cópia do cartão bancário em que desejam sejam creditados os valores que lhes



Conselho de Gestão do Sindifiscal em reunião para discutir celeridade em outros processos de interesse da categoria: "Trimestralidade, crédito rotativo, auxílio alimentação, conversão da URV, entre outros".

são devidos, e que serão depositados no curso do próximo ano.

Alertamos que em não sendo apresentado o número da conta bancária, o precatório não será quitado/pago, pois atualmente o entendimento é de que não é necessária a expedição de alvará, sendo o valor creditado diretamente na conta bancária indicada pelo credor/beneficiário.

Aproveitamos ainda para solicitar àqueles que ainda não providenciaram, que encaminhem cópia de documento pessoal (carteira de identidade e CPF), ou laudos médicos (apenas no caso de possuir idade inferior a 60 anos), a fim de requerer a preferência no pagamento.

## Jurídico reivindica 11% da conversão da URV

Os autos do processo nº 0014090-06.2004.8.08.0024 que se encontravam com a perita designada pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Sr. Lucelia Gonçalves de Rezende, para a realização de perícia contábil, já foram devolvidos com o laudo pericial.

O laudo apontou que os servidores do Grupo TAF sofreram prejuízo por ocasião da conversão do Cruzeiro Real para URV, de aproximadamente 11% (onze por cento), ou seja, praticamente o mesmo prejuízo sofrido pelos servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo, e do Ministério Público estadual.

O próximo passo será a manifestação das partes acerca do teor do laudo, e, por fim, segue para decisão do magistrado, que poderá acatar ou não o que foi apurado pela perita.

Se prevalecer o índice de perda apurado na perícia contábil, será uma conquista sem precedentes para toda a categoria.

### Devolução dos Juros do Crédito Rotativo

O Estado, por meio de sua procuradoria geral, manteve contato com o sindicato, objetivando a realização de um acordo para por fim ao processo.

A proposta do Estado reconhece que todos
aqueles que o Banestes
apurou terem usado o
crédito rotativo (mesmo
aqueles que não enviaram os extratos), sejam
ressarcidos mediante a
devolução dos juros e
encargos, porém, alegam que não têm dotação orçamentária para
o pagamento, ainda
este ano, das chamadas
RPV's (Requisições de

Pequeno Valor), que é devidos àqueles que tem a receber valor inferior a 4.420 VRTE's (atualmente equivalente a R\$ 14.464,89). Para estes, a proposta do Estado é que o pagamento se dê também por meio de precatório, a ser quitado em 2.020, já que pelo prazo, somente poderá ingressar no orçamento de 2019.

Ainda segundo o Estado, a proposta apresentada ao sindicato está em consonância com a mesma proposta já apresentada e aceita por outros sindicatos de servidores estaduais.

Diante disso o sindicato apresentou uma contraproposta diretamente ao Procurador Geral do Estado, que ficou de avaliar com sua equipe, e, em reunião próxima, apresentar uma resposta, que deverá ser submetida à Assembleia Geral da categoria para que o acordo possa ser formalizado.

Em 1998 devido ao contingenciamento salarial imposto pelo então Governo, os servidores estaduais receberam os seus vencimentos dos meses de outubro, novembro e dezembro na forma de "crédito rotativo" junto ao Banestes, ou seja, como se fosse verdadeiro empréstimo bancário indireto, em que foram obrigados a arcar com o pagamento de juros e encargos.

## STF e STJ dão decisões favoráveis à Ação da "Trimestralidade"

O sindicato continua acompanhando de perto todos os processos que envolvem a chamada "trimestralidade", inclusive verificando precatórios em possível formação.

Espírito Santo sofreu mais duas der-"trimesrotas sobre a tralidade". A primeira delas foi no Supremo Tribunal Federal - STF, que decidiu, no último dia 08 de agosto, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo regimental interposto pelo Estado do Espírito Santo no processo envolvendo os Procuradores do Estado (RE nº 729.631/ES).

A segunda derrota foi perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, em processo envolvendo membros de nossa categoria (REsp nº 1237895/ ES), em que a Segunda Turma, no último dia 21 de agosto, assim decidiu sobre o recurso de embargos de declaração interposto pelo Estado: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração.

O sindicato continua

acompanhando de perto todos os processos a envolver a chamada "trimestralidade", inclusive verificando se existe algum outro precatório já formado ou em vias de ser formado, envolvendo membros da catego-

Quanto àqueles que não têm precatório formado da chamada trimestralidade, a causa foi que a partir de 13/05/1996, os processos que ainda tramitavam em âmbito local (e vários deles estavam nessa condição, haja vista que grande grupo de Auditores haver ingressado com ação em 1995 e outro grande grupo em 1998), passaram a ter decisão contrária por parte dos juízes de 1º Grau e também do Tribunal de Justiça do Estado, já que o STF, naquela data, em julgamento proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 166.581, considerou

inconstitucional a chamada "Lei da Trimestralidade" (Lei Estadual nº 3.935/1987), porque utilizava um índice federal (IPC) para reajustar os vencimentos dos servidores estaduais.

A esse julgamento se seguiu um outro no mesmo sentido perante o STF, nos autos do RE nº 204.882, julgado pelos ministros da Primeira Turma em 31/10/1997.

Em razão disso, somente os processos de servidores estaduais, inclusive do fisco estadual, que foram concluídos (transitaram em julgado) antes dos referidos julgados do STF, é que obtiveram êxito.

Esta questão já foi pacificada por meio da Súmula Vinculante nº 42, que assim estabelece: "É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária."

### Progressão Funcional tem interpretação favorável a quem recebe por subsídio

A progressão é cabível às categorias do Espírito Santo que percebem remuneração por subsídio. Atendendo solicitação de um filiado, a diretora jurídica do Sindifiscal, Zenaide Lança analisou uma decisão do Tribunal de Contas, sobre um recurso interposto por três servidores efetivos no cargo de Auditor de Controle Externo que questionaram o direito de progressão funcional pelo efetivo exercício de dois anos de trabalho durante o estágio probatório.

Essa decisão (administrativa) da Corte de Contas é um importante precedente para que o sindicato invoque o princípio constitucional da isonomia e requeira à SEGER o mesmo tratamento para os Auditores Fiscais da Receita

Contudo, alerta a diretora, se o tratamento isonômico for negado administrativamente, na via judicial o caminho também não será fácil. Em recente decisão no processo de nº 0004746-78.2016.8.08.0024, do Juizado Especial Fazenda Pública, ao apreciar o mérito do recurso com objeto similar (progressão horizontal), o colegiado recursal assim se manifestou:

"Contudo o magistrado a quo deixou de observar as disposições

dos arts. 5° e 6° da LC 633/2012 e art. 31 da LC 637/2012, que assim estabelecem: Art. 5° Progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior, dentro da mesma classe, e dar-se-á no interstício de 2 (dois) anos.

Art. 6° A progressão não poderá ocorrer durante o estágio probatório do servidor.

Art. 31. A passagem de uma referência a outra deve observar o interstício mínimo de dois

Desse modo, necessário se observar que I) as progressões não poderão ocorrer durante o estágio probatório do servidor; II) entre as progressões deverá haver o decurso de dois anos, mesmo em se tratando de progressão por tempo e progressão por desempenho.

Destarte, o Autor adentrou ao quadro efetivo do Governo do Estado em 04/05/2009 (fl. 105/106), e permaneceu em período de estágio probatório até 01/06/2012, quando recebeu progressão de carreira, como determina o art.6° parágrafo único da LC 633/12, passando à referência II. Portanto, necessário que se passe dois anos para que a próxima progressão ocorra, nos termos dos artigos 5°, 6° e 31 citados acima. ""

#### Julgamento proferido pelo STF:

"Recurso Extraordinário. Reajuste trimestral de vencimentos/proventos na forma disciplinada pela lei estadual nº 3.935/87, pela variação do IPC do trimestre. Vinculação a indexador decretado pela união federal. Inconstitucionalidade.

- 1. A lei estadual, que determina que o reajuste da remuneração dos servidores fica vinculado automaticamente à variação do IPC, é inconstitucional, por atentar contra a autonomia estadual em matéria que diz respeito a seu peculiar interesse.
- 2. Precedentes. Recurso extraordinário conhecido e provido, para denegar a segurança requerida." (RE 166581, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 13/05/1996, DJ 30-08-1996 PP-30614 EMENT VOL-01839-02 PP-00436)

Sendo assim, os processos a seguir enumerados nem chegaram a tramitar nos tribunais superiores. Foram indeferidos de plano pelo TJES.

1)1069354-98.1998.8.08.0024 (024.95.009357-5) Encabeçado por Alcimar Simor Nunes 2)1034906-02.1998.8.08.0024 (024.95.005737-2) Encabeçado por Alduino Rabbi 3)1069513-41.1998.8.08.0024 (024.95.0093.732) Encabeçado por Abrahão M. de Souza 4)1027545-31.1998.8.08.0024 (024.95.004801-7) Encabeçado por Afonso Luiz Assari 5)1110267-25.1998.8.08.0024 (024.97.013742-8) Encabeçado por Fernando P de Oliveira 6)1012269-57.1998.8.08.0024 (024.95.003155-9) Encabeçado por Adilson Soares 7)1100594-1998.8.08.0024 (024.98.012720-3) Encabeçado por Aarão Deps 8)1069768-96. 1998.8.08.0024 (024.95.009399-7) Encabeçado por Antônio Ribeiro Júnior

### **SEMPRE ATIVO**

## Atenção especial a aposentados | Comida & Lazer e pensionistas: Merecem!!!

Marlene, que sempre recebe a todos com seu belo sorriso: "Momentos agradáveis que possibilitam conhecer a história de vida e dificuldades de cada um".

novo restaurante da Sede Social de Vila Velha





Marlene em bate papo com os colegas Paulo e Odival na companhia de Camisão e Geraldo

iariamente o sindicato recebe a visita de seus filiados. A maioria são de aposentados e pensionistas interessados em esclarecer alguma dúvida sobre processo, outros apenas para um cafezinho e bate papo. São momentos agradáveis que possibilitam conhecer a história de vida e dificuldades de cada um.

Esse trabalho de acolhimento de nossos aposentados e pensionistas é realizado pela coordenadora de projetos do sindicato, Marlene Berloffa, que acompanha e atualiza o perfil de cada filiado.

atendimento, Esse nem sempre é presencial, "em cada ligação que recebemos ou fazemos, perguntamos sobre as condições de saúde de cada um e se gostariam de receber uma visita, principalmente aqueles que têm maior dificuldade de locomoção", expli-



Carlos Alberto Gomes de Almeida



A pensionista Leocadia Pirola e sua filha Geruza.

ca Marlene.

A coordenadora também orienta que, caso o filiado tenha interesse em receber uma visita do sindicato, basta entrar em contato com a

diretoria de aposentados e pensionistas pelos telefones (27) 3325-3439 e (27)98159-0018.

"Além das também estamos à disposição para receber sugestões de atividades ou programações", completa Marlene.

"Não são aposentados e pensionistas, cada uma é uma pessoa querida para todos nós. Quiséramos ver todos muito mais vezes no Sindicato!.

## Sabor e variedade no



As chefs Sandra Colaça e Ludmila Colaça

Com a saída do Léo, a quem agradecemos pelo excelente serviço, assume a direção do restaurante da Sede Social de Vila Velha, o Sr. Rossini Oliveira.

Rossini atua há oito anos com Buffet e restaurante em Guarapari, o Enseada Gourmet.

O cardápio vai incluir, além de refeições, também açaiteria, creperia, hamburgueria, pestiscaria e salgados.

"Nossa equipe é especializada, bem preparada e conta as chef's Sandra Colaça e Ludmila Colaça. Vamos manter um atendimento de excelência, com produtos de qualidade e preço justo".

O restaurante da Sede Social de Vila Velha funciona durante o dia nos finais de semana e à noite nos dias de futebol. Os filiados, que já foram conferir, aprovaram o sabor.



Oreni, neste belo sorriso, completou 21 anos de trabalho no Sindifiscal. Parabéns de todos nós e que continue com essa simpatia e com o seu profissionalismo cuidando dos nossos sindicalizados!

#### Deixam saudades!

Alva Fernandes Leão Borges 14/08/17 - aposentada

Rosa da Silva Oliveira 03/08/18 - pensionista